

RECURSO ESPECIAL Nº 1.813.449 - RS (2019/0132152-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : MAURÍCIO DAL AGNOL
ADVOGADOS : PABLO PACHECO DOS SANTOS E OUTRO(S) - RS062925
RODRIGO TONIAL - RS063379
PABLO FRIEDRICH DORNELES - RS059377
RECORRIDO : ROGERIO LODETTI
ADVOGADO : BRUNO DA SILVA CORRÊA E OUTRO(S) - RS084197

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. MANDATO. RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES PELO MANDATÁRIO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. *ACTIO NATA*. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO ILÍCITO. PRECEDENTES. 3. CELEBRAÇÃO DE ACORDO PREJUDICIAL AO MANDANTE. ABUSO DE PODER. CONFIGURAÇÃO. 4. ABATIMENTO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE. SERVIÇO PRESTADO DE FORMA DEFICIENTE. 5. TERMO FINAL DOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 83/STJ. 6. DANOS MATERIAIS E MORAIS. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. 7. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. SÚMULA 7/STJ. 8. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO ARBITRAMENTO. SÚMULA 362/STJ. 9. DANOS MATERIAIS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DO ABUSO DOS LIMITES DO MANDATO. 10. RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Maurício Dal Agnol com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 210):

APELAÇÃO CÍVEL. MANDATOS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES PERTENCENTES AO MANDATÁRIO DEMONSTRADA.

I. Prescrição incorrente.

II. Provas produzidas nos autos que dão suporte à tese esposada pela

parte autora, no sentido de que o seu procurador se apropriou de valores oriundos de demanda judicial ajuizada contra a Brasil Telecom S/A.

III. Cabível a condenação do advogado para que proceda a restituição dos valores atinentes ao seu constituinte, sem a compensação dos honorários advocatícios contratados.

IV. O termo inicial da correção monetária e do juro de mora é a data em que realizado levantamento de alvará. O termo final de incidência dos encargos é a data do efetivo pagamento.

V. Pleito indenizatório mantido, mormente em face da atitude ilícita do advogado, ao reter indevidamente verba que pertencia ao seu cliente.

VI. Sucumbência mantida.

POR MAIORIA, NEGARAM PROVIMENTO AO APELO, VENCIDA A ILUSTRE DES^a VIVIAN CRISTINA ANGONESE SPENGLER QUE PROVIA PARCIALMENTE O RECURSO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 243-248).

Em suas razões recursais, o recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 189, 206, § 3º, IV e V, 405, 406 e 944 do CC/2002; 11, 189, 240, *caput*, e 1.022, II, do CPC/2015; e 22 e 23 da Lei n. 8.906/1994, sustentando negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal de origem acerca da prescrição da pretensão indenizatória.

Aduz, também, a necessidade de adoção da data do bloqueio de bens como o termo final dos juros de mora e da correção monetária do débito, assim como que deve ser afastada a condenação por danos morais ou, alternativamente, que seja reduzido o valor da indenização, observando-se os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Defende, também, que, por tratar a presente demanda de uma ação de reparação civil, o prazo prescricional aplicável à espécie é o trienal, estando, assim, prescrita a pretensão, porquanto ajuizado o feito após o transcurso de aproximadamente 5 (cinco) anos após a homologação da transação.

Alega, ainda, a validade do acordo celebrado com a companhia telefônica, pois o mandato outorgado autorizava a sua formalização, bem como assevera que os serviços advocatícios contratados foram efetivamente prestados, devendo a remuneração contratual ser abatida do valor da condenação.

Aponta, outrossim, que o termo inicial dos juros moratórios e da correção

monetária, quanto aos danos morais, é a partir da data do arbitramento, e, no tocante aos danos materiais, desde a data da citação válida.

Contrarrazões apresentadas às fls. 281-288 (e-STJ).

O processamento do recurso especial foi admitido na origem (e-STJ, fls. 290-301).

Brevemente relatado, decido.

Quanto à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão *a quo* resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Assinala-se que o acórdão recorrido enfrentou, de forma clara e fundamentada, as questões suscitadas pelas partes, notadamente acerca da ocorrência dos danos morais e do prazo prescricional, tratando-se, na verdade, de pretensão de novo julgamento das matérias.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não se configura a ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada" (REsp n. 1.638.961/RS, Relator o Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 2/2/2017).

Em relação à prescrição, a Corte de origem assentou que o termo inicial, no caso, deu-se somente com a divulgação, pela imprensa, da "Operação Carmelina", da Polícia Federal, em fevereiro de 2014, o qual constituiu fato notório para que a parte tomasse conhecimento da lesão ao seu patrimônio jurídico.

A conclusão do Tribunal local, portanto, está em harmonia com entendimento desta Corte Superior de que o início do prazo prescricional, com base na Teoria da *Actio Nata*, não se dá necessariamente no momento em que ocorre a lesão ao direito, mas, sim, quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda a sua extensão.

Confiram-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. COMPRA E VENDA. AÇÃO DE COBRANÇA. RESCISÃO DO NEGÓCIO. TRATATIVAS EXTRAJUDICIAIS. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. DEVOLUÇÃO DE VALORES. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. TEORIA DA *ACTIO NATA*.

1. A reforma do julgado que entendeu pela suspensão do prazo prescricional para devolução do valor em função de tratativas extrajudiciais documentadas demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

2. Por aplicação da teoria da *actio nata*, o lapso do prazo prescricional somente começa com a ciência da efetiva lesão do direito tutelado, inexistindo, ainda, qualquer condição que impeça o exercício do direito de ação. Precedentes.

3. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp n. 982.198/SP, Relator o Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, Terceira Turma, julgado em 14/2/2017, DJe de 21/2/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS. COMPENSAÇÃO. DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TEORIA DA *ACTIO NATA*. HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ.

1. Por aplicação da teoria da *actio nata*, o prazo prescricional, relativo à pretensão de indenização de dano material e compensação de dano moral, somente começa a correr quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda a sua extensão, bem como do responsável pelo ilícito, inexistindo, ainda, qualquer condição que o impeça de exercer o direito de ação.

2. O acórdão recorrido que adota a orientação firmada pela jurisprudência do STJ não merece reforma.

3. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido (AgInt no AREsp n. 639.598/SP, Relatora a Ministra **NANCY ANDRIGHI**, Terceira Turma, DJe de 3/2/2017)

Outrossim, levando-se em consideração que o prazo prescricional das pretensões indenizatórias exercidas por mandante contra mandatário é o decenal, previsto no art. 205 do CC, não se verifica a implementação do lapso temporal fatal, já que, iniciado em fevereiro de 2014, a ação foi ajuizada em 9/10/2015 - fl. 166 (e-STJ).

A propósito:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. INADIMPLENTO CONTRATUAL. PRAZO DECENAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. REGIMES JURÍDICOS

DISTINTOS. UNIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ISONOMIA. OFENSA. AUSÊNCIA.

1. Ação ajuizada em 14/08/2007. Embargos de divergência em recurso especial opostos em 24/08/2017 e atribuído a este gabinete em 13/10/2017.

2. O propósito recursal consiste em determinar qual o prazo de prescrição aplicável às hipóteses de pretensão fundamentadas em inadimplemento contratual, especificamente, se nessas hipóteses o período é trienal (art. 206, §3, V, do CC/2002) ou decenal (art. 205 do CC/2002).

3. Quanto à alegada divergência sobre o art. 200 do CC/2002, aplica-se a Súmula 168/STJ ("Não cabem embargos de divergência quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado").

4. O instituto da prescrição tem por finalidade conferir certeza às relações jurídicas, na busca de estabilidade, porquanto não seria possível suportar uma perpétua situação de insegurança.

5. Nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevê dez anos de prazo prescricional e, quando se tratar de responsabilidade extracontratual, aplica-se o disposto no art. 206, § 3º, V, do CC/02, com prazo de três anos.

6. Para o efeito da incidência do prazo prescricional, o termo "reparação civil" não abrange a composição da toda e qualquer consequência negativa, patrimonial ou extrapatrimonial, do descumprimento de um dever jurídico, mas, de modo geral, designa indenização por perdas e danos, estando associada às hipóteses de responsabilidade civil, ou seja, tem por antecedente o ato ilícito.

7. Por observância à lógica e à coerência, o mesmo prazo prescricional de dez anos deve ser aplicado a todas as pretensões do credor nas hipóteses de inadimplemento contratual, incluindo o da reparação de perdas e danos por ele causados.

8. Há muitas diferenças de ordem fática, de bens jurídicos protegidos e regimes jurídicos aplicáveis entre responsabilidade contratual e extracontratual que largamente justificam o tratamento distinto atribuído pelo legislador pátrio, sem qualquer ofensa ao princípio da isonomia.

9. Embargos de divergência parcialmente conhecidos e, nessa parte, não providos. (EREsp n. 1.280.825/RJ, Relatora a Ministra **NANCY ANDRIGHI**, Segunda Seção, DJe de 2/8/2018 - sem grifo no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. REPARAÇÃO CIVIL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. PRESCRIÇÃO DECENAL. ART. 205 DO CÓDIGO CIVIL.

1. Não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da

pretendida pelo recorrente, para decidir de modo integral a controvérsia posta.

2. Consoante a orientação desta Corte, nas ações de indenização do mandante contra o mandatário, incide o prazo prescricional de dez anos previsto no artigo 205 do CC.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp n. 1.460.668/DF, Relator o Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, Terceira Turma, DJe de 23/10/2015 - sem grifo no original).

Em relação à validade do acordo, importante assinalar que o fato de o recorrente possuir procuração outorgada pelo recorrido conferindo poderes para transações não o autorizava a proceder de forma temerária e a seu livre-arbítrio, a celebrar pactos contrários aos interesses de seu cliente, nem a se locupletar indiretamente em detrimento do mandante.

Desse modo, nos termos do art. 667 do Código Civil, compete ao mandatário agir de forma diligente na execução do mandato, sob pena de "indenizar qualquer prejuízo causado por culpa sua ou daquela a quem substabelecer, sem autorização, poderes que devia exercer pessoalmente".

Na hipótese dos autos, consoante bem assinalado pelo acórdão recorrido, o mandatário, além de não ter atuado com a necessária diligência, causou danos ao mandante ao renunciar a crédito já reconhecido judicialmente em sentença com remota possibilidade de reversão, em virtude de ajuste espúrio realizado com a parte contrária.

Ademais, o caso vertente configura nítido abuso de poder, pois, no desempenho de suas atividades, atuou de modo contrário ao que lhe era esperado, ainda que sem exceder os limites expressamente previstos no mandato, o que não implica, necessária e automaticamente, a invalidade dos atos praticados, tampouco impossibilita a responsabilização do recorrente.

Além do mais, não subsiste a pretensão de abatimento dos honorários contratuais, porquanto o art. 669 do CC determina que "o mandatário não pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha granjeado ao seu constituinte".

Por conseguinte, torna-se inviável a remuneração do mandatário por serviços que não foram prestados de forma integral e a contento, os quais, na verdade,

trouxeram mais malefícios do que benefícios, já que foi necessário o ajuizamento de nova demanda judicial para buscar a reparação dos danos perpetrados pela conduta do recorrente.

Esse entendimento já foi adotado pela Terceira Turma do STJ:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. ADVOGADO. DESCUMPRIMENTO DO MANDATO. PRESCRIÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. CELEBRAÇÃO DE ACORDO PREJUDICIAL. RENÚNCIA DE CRÉDITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. RELAÇÃO CONTRATUAL. ABUSO DE PODER. CONFIGURAÇÃO. HONORÁRIOS. ABATIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. TERMO FINAL. QUITAÇÃO. BLOQUEIO DOS BENS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. DANO MORAL. REDUÇÃO. INVIABILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Controvérsia relacionada com uma série de demandas indenizatórias cíveis ajuizadas por antigos clientes do escritório de advocacia do recorrente, Maurício Dal Agnol.
3. No caso concreto, ficou consignado que o advogado celebrou acordo prejudicial ao cliente, por meio do qual renunciou a crédito consolidado em sentença com remota possibilidade de reversão, em virtude de ajuste espúrio realizado com a parte contrária.
4. As condutas atribuídas ao réu são incontroversas e indicam o efetivo descumprimento do mandato outorgado, sendo o seu reexame vedado por se tratar de questão decidida à luz do contexto fático-probatório dos autos, a atrair o óbice da Súmula nº 7/STJ.
5. Diante da impossibilidade de precisar o momento da ciência da lesão, deve ser mantida a data de deflagração da Operação Carmelina como o termo inicial do prazo prescricional para as ações indenizatórias propostas pelos clientes lesados, quando foi dada ampla publicidade aos ilícitos imputados ao réu. Aplicação da teoria da *actio nata*. Precedentes.
6. Nas ações de indenização do mandante contra o mandatário incide o prazo prescricional de 10 (dez) anos, previsto no art. 205 do Código Civil, por se tratar de responsabilidade proveniente de relação contratual. Precedentes.
7. O fato de o advogado-mandatário ostentar procuração com poderes para transigir não afasta a responsabilidade pelos prejuízos causados por culpa sua ou de pessoa para quem substabeleceu, nos termos dos arts. 667 do Código Civil e 32, *caput*, do Estatuto da Advocacia.
8. A responsabilidade pelos danos decorrentes do abuso de poder pelo mandatário independe da prévia anulação judicial do ato praticado, pois o prejuízo não decorre de eventual nulidade, mas, sim, da

violação dos deveres subjacentes à relação jurídica entre o advogado e o assistido.

9. É indevido o abatimento proporcional, no cálculo do prejuízo suportado pela parte autora, de parcela relativa a honorários advocatícios contratuais se não houve o cumprimento integral do contrato e a remuneração devida estava atrelada ao proveito econômico obtido pelo cliente no processo originário.

10. Esta Corte firmou o entendimento de que, em se tratando de indenização por danos decorrentes de responsabilidade contratual, os juros moratórios fluem a partir da citação tanto para os danos morais quanto para os materiais.

11. A mera notícia de decisão judicial determinando a indisponibilidade forçada dos bens do réu, no cerne de outro processo, com objeto e partes distintas, não possui o condão de interromper a incidência dos juros moratórios. O bloqueio judicial dos bens é medida constritiva de natureza preventiva que não se confunde com a sistemática do depósito judicial em garantia. Precedente em caso análogo.

12. O montante fixado a título de indenização por danos morais (R\$ 10.000,00 - dez mil reais) não se mostra irrisório ou abusivo ante o quadro fático delineado na origem.

13. Não se vislumbra a divergência jurisprudencial suscitada na hipótese em que o entendimento do acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, incidindo a Súmula nº 83/STJ.

14. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido. (REsp n. 1.750.570/RS, Relator o Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, Terceira Turma, DJe de 14/9/2018)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. ADVOGADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FRAUDE. ALVARÁS JUDICIAIS. LEVANTAMENTO. APROPRIAÇÃO INDEVIDA. JUROS MORATÓRIOS. TERMO FINAL. BLOQUEIO DOS BENS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. REDUÇÃO. INVIABILIDADE. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial relacionado com uma série de demandas indenizatórias cíveis ajuizadas por antigos clientes do escritório de advocacia do recorrente, Maurício Dal Agnol.

2. No caso concreto, as instâncias ordinárias consignaram que o recorrente desrespeitou os limites de seu mandato ao reter indevidamente quantias que pertenciam à recorrida, na condição de seu advogado, realizando o levantamento de alvarás judiciais sem efetuar os respectivos repasses.

3. A prática de ato ilícito por parte de advogado contra sua própria clientela, aproveitando-se da relação de confiança para causar prejuízos a quem lhe contratou na expectativa de ser representado com lealdade e boa-fé, importa em séria violação do ordenamento jurídico e dos deveres ético-sociais que regem o exercício da advocacia, a extrapolar o simples descumprimento contratual e impor o dever de

reparação pelos danos materiais e morais causados.

4. A mera notícia de decisão judicial determinando a indisponibilidade forçada dos bens do réu, no cerne de outro processo, com objeto e partes distintas, não possui o condão de interromper a incidência dos juros moratórios. O bloqueio judicial dos bens é medida constritiva de natureza preventiva que não se confunde com a sistemática do depósito judicial em garantia.

5. Inexiste fundamento jurídico para a interrupção da mora antes do efetivo pagamento da indenização, pois a ninguém é dado se beneficiar da própria torpeza.

6. A divergência jurisprudencial pressupõe a existência de similitude fática entre os arestos confrontados, o que não ocorre na espécie.

7. Inviável reapreciar as conclusões do acórdão recorrido no tocante à configuração do dano moral, à sua quantificação e à ocorrência de sucumbência mínima da autora, por demandar a reapreciação do conjunto fático-probatório, procedimento vedado pela Súmula nº 7/STJ, consoante iterativa jurisprudência desta Corte Superior.

8. O montante fixado a título de indenização por danos morais (R\$ 10.000,00 - dez mil reais) não se mostra irrisório ou abusivo ante o quadro fático delineado na origem.

9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido. (REsp n. 1.740.260/RS, Relator o Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, Terceira Turma, DJe de 29/6/2018).

Nesses termos, tendo em vista que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, torna-se imperiosa a incidência da Súmula 83/STJ.

No que tange ao termo final dos juros de mora e correção monetária do débito, esta Corte Superior entende que "a mera notícia de decisão judicial determinando a indisponibilidade forçada dos bens do réu, no cerne de outro processo, com objeto e partes distintas, não possui o condão de interromper a incidência dos juros moratórios. O bloqueio judicial dos bens é medida constritiva de natureza preventiva que não se confunde com a sistemática do depósito judicial em garantia" (REsp n. 1.750.570/RS, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 14/9/2018).

Aplica-se, igualmente, a Súmula 83/STJ.

Quanto ao mérito propriamente dito, o Tribunal de origem considerou ser devida a indenização por danos materiais e morais ao recorrido, pelos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 214-216):

Em relação ao mérito, cuida-se de ação de cobrança c/c reparação de danos morais decorrentes da conduta ilícita do mandatário, que - na

condição de patrono de ação ajuizada pela autora contra terceiro - levantou depósito judicial, sem, contudo, repassar-lhe os valores levantados.

Pois bem, em relação aos valores sacados pelo causídico e repassados ao cliente/demandante, destaco os fundamentos da decisão atacada, os quais passam a integrar meu voto, até para evitar tautologia:

"(...) Naquele feito executivo, foi apurado o crédito de R\$ 49.308,12 em favor do ora autor. Este montante foi devidamente amortizado em R\$ 34.351,19, valor este sacado pelo réu em 30/10/2008 e objeto do recibo de fl. 65, datado de fevereiro de 2009.

Ocorre que ainda em dezembro de 2008 (fls. 66/78), o demandado postulou a complementação do saldo remanescente de R\$ 16.303,29 (R\$ 15.320,00 a título de principal e R\$ 983,30 a título de multa diária) em favor do demandante (fl 82), o que foi objeto do depósito de ff 83 e do respectivo alvará de fl 85. No entanto, tais quantias não foram repassadas ao requerente. (...)."

Nestes termos, em razão da apropriação indevida de valores, demonstra-se perfeitamente possível a condenação do réu ao pagamento de R\$ 16.303,29 (dezesesseis mil, trezentos e três reais e vinte e nove centavos).

Quanto à condenação a título de danos materiais, o valor deverá ser corrigido pelo IGP-M, a contar da data em que realizado levantamento de alvará, isso porque não se trata de acréscimo ao valor da condenação, mas mera recomposição inflacionária da moeda.

Relativamente aos juros de mora, aplica-se o mesmo posicionamento, haja vista que o caso reclama a incidência do disposto no artigo disposto no art. 670 do Código Civil.

(...)

Por fim, salienta-se que o fato do mandatário reter verba indenizatória que pertencia à sua constituínte, caracteriza ato ilícito capaz de gerar dano moral.

Tendo a autora que recorrer ao Poder Judiciário pára reaver o valor que lhe era de direito, mediante o ajuizamento desta ação, é inequívoco que tal conduta supera a esfera dos meros aborrecimentos, atingindo a esfera íntima da demandante, ainda mais quando a relação que se estabeleceu entre as partes (mandato/serviços de advocacia) lastreava-se na confiança.

Vale lembrar que esse tipo de dano prescinde de prova, porquanto decorre do fato em si, da própria situação penosa, é o dano *in re ipsa*. Assim, restando demonstrado nos autos que o demandado levantou os valores que pertenciam ao seu cliente, sem o devido repasse, o ato ilícito resta configurado, sendo devida, portanto, a indenização.

Nesse contexto, reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a pretensão recursal, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o

que é vedado ante a natureza excepcional da via eleita, conforme enunciado da Súmula 7/STJ.

Em relação ao *quantum* indenizatório, o entendimento deste Tribunal é de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de danos morais somente deve ser revisto nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou excessiva, em desacordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

In casu, observa-se que a verba indenizatória fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) atende aos parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como às especificidades da causa.

No que concerne ao termo inicial dos juros de mora do montante de danos morais, constata-se que o acórdão recorrido se alinhou à jurisprudência desta Corte Superior ao fixar a data da citação como o termo inicial para sua incidência, conforme se verifica do seguinte julgado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFECÇÃO HOSPITALAR. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. CARÁTER INFRINGENTE DA PRETENSÃO. FINALIDADE INCOMPATÍVEL COM A NATUREZA DO RECURSO.

(...) 3. Tratando-se de reparação de dano moral, os juros de mora incidem desde o evento danoso, em casos de responsabilidade extracontratual (Súmula n. 54/STJ), e desde a citação da parte ré, no caso de responsabilidade contratual.

4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl nos EREsp 903.258/RS, Rel. Min. **ARI PARGENDLER**, Rel. p/ Acórdão Min. **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, Corte Especial, julgado em 6/5/2015, DJe 11/6/2015)

Aplica-se, no ponto, a Súmula 83/STJ.

A respeito do termo inicial da correção monetária incidente sobre o montante dos prejuízos extrapatrimoniais, enfatiza-se que, mais uma vez, a data estipulada no acórdão recorrido, como sendo o dia do arbitramento, encontra-se em conformidade com a orientação deste Tribunal, cristalizada na Súmula 362/STJ.

Por derradeiro, no que toca ao termo inicial dos juros relativos aos danos patrimoniais, convém destacar que, nos termos do art. 670 do CC/2002 e da Súmula 43

do STJ, "os juros devidos pelo mandatário que desvia o numerário devido ao mandante fluem desde a data do abuso, e não da interpelação ou da citação" (AgInt no REsp 1.719.517/RS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 6/11/2018, DJe 14/11/2018).

Logo, aplicável, novamente, a Súmula 83/STJ.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor do patrono da parte recorrida em 2% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator